

Companhia  
Energética  
Candeias

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar  
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores  
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres  
41820-021 - Salvador/BA - Brasil  
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil  
Telefone +55 (71) 3273-7350  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da**  
**Companhia Energética Candeias**  
*Candeias - BA*

## Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa 11 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 436.870 mil e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 58.592 mil. No decorrer da nossa auditoria verificamos que em 2021 a Companhia registrou:

- a) Custo com depreciação no montante de R\$ 49.436 mil, relativo a depreciação de máquinas e equipamento, o qual não foi determinado com base nas taxas indicadas no Laudo de revisão de vida útil de Máquinas e Equipamentos realizado em 2021;
- b) Custo com depreciação no montante de R\$ 9.156 mil, relativo a depreciação de outros ativos, o qual não foi determinado com base nas taxas anuais apresentadas no manual de contabilidade da Aneel para outros ativos.

Consequentemente, o ativo imobilizado está apresentado a menor em aproximadamente R\$ 21.339 mil, e o lucro líquido do exercício e o Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a menor em R\$ 18.085 mil, líquido de impostos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento da receita

Veja as Notas 1, 3 e 20 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As receitas da Companhia são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, reconhecidas na modalidade de: (i) disponibilidade de energia elétrica (receita fixa) que corresponde ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão para cobrir os custos fixos e (ii) receita variável, reconhecida por meio de medições para apurar os volumes de energia fornecida, para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica.</p> <p>Em decorrência da crise hídrica ocorrida em 2021, a Companhia foi acionada pelo Governo para suportar a necessidade de geração de energia para os consumidores finais, o que criou impacto significativo na operação da Companhia e ocasionou aumento relevante nas receitas variáveis da Companhia.</p> <p>Devido ao fato de as variações de geração da energia e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– O entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando as suas naturezas e enquadramento conforme CPC 47– Receita e contrato com cliente.</li> <li>– Inspeção documental, em base amostral, da receita registrada pela Companhia com o objetivo de validar os preços praticados, quantidades produzidas, reconhecimento contábil quando transferência do controle e recebimento subsequente correspondente.</li> <li>– Recalculamos as receitas selecionadas considerando os preços divulgados pelo órgão regulador e a quantidade gerada pelas usinas da Companhia, comparamos com os valores reconhecidos contabilmente e adicionalmente confrontamos essas informações com relatórios externos divulgados pela Câmara de comercialização de venda de energia elétrica - CCEE, na data-base.</li> <li>– Realizamos inspeção documental, em base amostral, da energia adquirida e revendida no mercado de curto prazo (MCP) com o objetivo de validar os valores das transações e reconhecimento contábil quando transferência do controle com os relatórios externos divulgados pela Câmara de comercialização de venda de energia elétrica - CCEE, na data-base.</li> </ul>

- Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação das receitas, os quais não foram registrados e divulgados pela administração por serem considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos o reconhecimento da receita e as divulgações efetuadas aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 05 de março de 2021, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

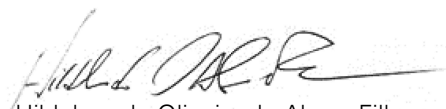
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 25 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho  
Contador CRC BA-029520/O-7

## Companhia Energética Candeias

### Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2021	2020	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
<b>Circulantes</b>				<b>Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.705	11.619	Fornecedores	15	20.889	21.381
Depósitos bancários vinculados	6	-	10.000	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	143.465	118.106
Contas a receber	5	95.825	52.147	Débito com partes relacionadas	10	945	10.550
Adiantamentos a fornecedores		6.985	453	Obrigações sociais e trabalhistas		2.422	1.773
Impostos a recuperar	7	2	144	Obrigações tributárias	17	1.539	2.189
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		67	69	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.196	2.184
Estoques	9	54.971	39.329	Dividendos a pagar	10 e 19	29.788	42.460
Outras contas a receber	14	2.571	1.545	Outras contas a pagar		5.618	6.572
Total dos ativos circulantes		<u>203.126</u>	<u>115.306</u>	Total dos passivos circulantes		<u>205.862</u>	<u>205.215</u>
<b>Não circulantes</b>				<b>Não circulantes</b>			
Impostos a recuperar	7	181	257	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	41.804
Estoques	9	-	7.968	Outras contas a pagar		<u>1.111</u>	<u>627</u>
Impostos diferidos	8	8.990	20.604	Total dos passivos não circulantes		<u>1.111</u>	<u>42.431</u>
Depósitos judiciais	18	2	34	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	11	436.870	476.134	Capital social	19	135.771	135.771
Intangível	13	550	801	Reservas de lucros		<u>307.665</u>	<u>238.607</u>
Diferido	12	690	920	Total do patrimônio líquido		<u>443.436</u>	<u>374.378</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>447.283</u>	<u>506.718</u>	<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<u>650.409</u>	<u>622.024</u>
<b>Total dos ativos</b>		<u><u>650.409</u></u>	<u><u>622.024</u></u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Companhia Energética Candeias

## Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	20	1.054.017	339.578
<b>Custos de operação e manutenção</b>	21	<u>(907.864)</u>	<u>(181.940)</u>
<b>Lucro bruto</b>		146.153	157.638
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	21	(25.976)	(21.954)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<u>629</u>	<u>164</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<u>120.806</u>	<u>135.848</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	22	901	3.857
Despesas financeiras	22	<u>(6.942)</u>	<u>(19.255)</u>
Total		<u>(6.041)</u>	<u>(15.398)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>114.765</u>	<u>120.450</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(26.760)	(29.784)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos	23	(11.614)	(9.228)
Incentivo fiscal do imposto de renda	23	<u>18.874</u>	<u>20.848</u>
Total		<u>(19.500)</u>	<u>(18.164)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>95.265</u>	<u>102.286</u>
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b>		1,852	1,989
<b>Lucro líquido do exercício atribuível a:</b>			
Acionistas controladores		84.786	91.035
Acionistas não controladores		<u>10.479</u>	<u>11.251</u>
		<u>95.265</u>	<u>102.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Candeias

## Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais - R\$)*

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	95.265	102.286
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><u>95.265</u></u>	<u><u>102.286</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Energética Candeias

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		131.621	16.946	96.596	41.860	-	287.023
Aumento de capital	19	4.150	-	-	-	-	4.150
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	102.286	102.286
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	19	-	5.114	-	-	(5.114)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	19	-	-	20.848	-	(20.848)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,37 por ação)	19	-	-	-	-	(19.081)	(19.081)
Complemento de reserva de lucros retidos	19	-	-	-	57.243	(57.243)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>135.771</u>	<u>22.060</u>	<u>117.444</u>	<u>99.103</u>	<u>-</u>	<u>374.378</u>
Dividendos adicionais a pagar de 2020 (R\$0,16 por lote de mil ações)		-	-	-	(8.300)	-	(8.300)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	95.265	95.265
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal		-	4.763	-	-	(4.763)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal		-	-	18.874	-	(18.874)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,35 por ação)		-	-	-	-	(17.907)	(17.907)
Complemento de reserva de lucros retidos		-	-	-	53.721	(53.721)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>135.771</u>	<u>26.823</u>	<u>136.318</u>	<u>144.524</u>	<u>-</u>	<u>443.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Candeias

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		95.265	102.286
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11, 12, 13 e 21	59.088	28.665
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível		19	436
Variação cambial líquida	22	(53)	(189)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	16	5.186	10.473
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	642	8.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	11.614	9.228
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(43.678)	(21.960)
Adiantamentos a fornecedores		(6.532)	(113)
Estoques		(26.313)	769
Impostos a recuperar		(100.532)	(27.904)
Outras contas a receber		(1.026)	(1.089)
Depósitos judiciais		32	84
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(439)	16.150
Impostos a recolher		107.481	38.644
Obrigações sociais e trabalhistas		649	(316)
Outras contas a pagar		(470)	(1.120)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>100.933</u>	<u>162.370</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(8.367)	(8.387)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	(5.020)	(35.218)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>87.546</u>	<u>118.765</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	11	(708)	(991)
Aquisição de intangível	13	(15)	(15)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		42.296	35.312
Depósitos bancários vinculados		10.000	25.520
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>51.573</u>	<u>59.826</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos	19	(38.879)	(23.266)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	101.301	162.800
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	(1.153)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(118.554)	(291.593)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(51.901)	(24.762)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(108.033)</u>	<u>(177.974)</u>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>31.086</u>	<u>617</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	11.619	11.002
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>42.705</u>	<u>11.619</u>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>31.086</u>	<u>617</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia Energética Candeias (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 10.508.162/0001-99, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias n.º 353, de 20 de dezembro de 2007, e n.º 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se pelo prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da publicação destas Portarias, como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), respectivamente, em decorrência do quarto leilão de energia nova, realizado pela ANEEL. Para tanto as UTEs Global I e Global II firmaram um total de 37 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR junto a Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, um total de 214 MW/médios, pelos quais (i) as UTEs têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos e (ii) uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, através do despacho das UTEs pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1.ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração, 2.ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração e 3.ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

As UTEs Global I e Global II entraram em operação comercial em maio de 2010 e têm prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2024, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs. Em 21 de dezembro de 2021, as usinas Global I e Global II venceram o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade onde comercializaram 252,8 MW como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. Essa modalidade contratual, inédita no setor, garante o pagamento apenas da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia pode ser livremente negociada pelo agente, ou liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP, ao preço atualizado do CVU. O referido Leilão ainda não foi adjudicado pela ANEEL.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) e 2020. Com isto, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, receita bruta de geração variável de R\$915.101 (2020 R\$132.996), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$258.010 (2020 R\$245.535).

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Autorização da emissão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 25 de março de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

### **Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

### ***Julgamento***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **NE n.º 20** – Reconhecimento de Receita.

### ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- **NE n.º 8** – Tributos diferidos;
- **NE n.º 11** – Imobilizado.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

### **3 Sumário das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### **Instrumentos financeiros**

##### ***Reconhecimento e mensuração inicial***

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### ***Ativos financeiros***

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

***Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

***Passivos financeiros***

Todos os passivos financeiros eram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

### ***Custo amortizado***

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

### ***Compensação de instrumentos financeiros***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ***Mensuração a valor justo***

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

### ***Caixa e equivalentes a caixa***

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### ***Contas a receber***

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### ***Depósitos bancários vinculados***

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

### ***Estoques***

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### ***Imobilizado***

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

#### ***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### *Depreciação*

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 11.

#### ***Redução ao valor recuperável (impairment)***

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

#### *Instrumentos financeiros*

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

#### ***Diferido***

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

#### ***Empréstimos, financiamentos e debêntures***

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

***Imposto de renda e contribuição social - Correntes e diferidos***

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

### ***Provisões***

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### ***Reconhecimento da receita***

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo):** Refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

- **Receita com venda de energia:** Refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

### ***Benefícios a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### ***Lucro básico e diluído por ação***

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia em circulação. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

### ***Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados***

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

## **3.1 Efeitos da covid-19**

O efeito da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia.

- Em relação à receita, não houve efeitos negativos nas operações atuais e não há previsão de efeito relevante no futuro.
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico.
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios.
- Durante a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- Disponibilização de máscaras e protetores faciais para os colaboradores.
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores.
- Ações sociais de apoio no combate à covid-19 na cidade de Candeias com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da UTE Candeias.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

#### **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>42.704</u>	<u>11.618</u>
Total	<u><u>42.705</u></u>	<u><u>11.619</u></u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 102% (62% a 101% em 2020) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valores a vencer	16.500	6.938
Valores a faturar	79.325	45.209
Total	<u>95.825</u>	<u>52.147</u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), na modalidade *spot*.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) representando um aumento significativo em valores a receber em relação a 2020.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

## 6 Depósitos bancários vinculados

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco Itaú BBA S.A.	-	10.000

A Companhia possuía aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deveriam ser mantidas até o seu vencimento, previsto para dezembro de 2024. Em 2021 até seu resgate integral, a remuneração foi equivalente a 98% do CDI.

Em 25 de março de 2020, o financiamento com o banco BNB foi quitado, liberando a Companhia de manter recursos em contas de depósitos bancários vinculados desde então.



## 7 Impostos a recuperar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PIS sobre ativo imobilizado	32	46
COFINS sobre ativo imobilizado	149	211
Outros	2	144
Total	<u>183</u>	<u>401</u>
Circulante	2	144
Não circulante	181	257
Total	<u>183</u>	<u>401</u>

## 8 Impostos diferidos

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Alíquota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos fiscais acumulados		17.414	50.094
Bases negativas acumuladas		17.832	51.055
Diferenças temporárias:			
Despesas pré-operacionais		3.366	2.410
P&D - pesquisa e desenvolvimento		5.550	7.841
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		<u>26.330</u>	<u>60.345</u>
Total de bases negativas e diferenças temporárias		<u>26.748</u>	<u>61.306</u>
Imposto de renda	25%	6.583	15.086
Contribuição social	9%	2.407	5.518
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>8.990</u>	<u>20.604</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		12.164	24.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(3.174)</u>	<u>(3.604)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>8.990</u>	<u>20.604</u>
Efeito no Resultado		<u>(11.614)</u>	<u>(9.228)</u>

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios 2021 e 2020. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis todos impostos diferidos serão realizados até 31 de dezembro de 2023.

## 9 Estoques

	2021	2020
Combustível	38.089	19.704
Almoxarifado de peças para manutenção	16.882	27.326
Outros estoques	-	267
<b>Total</b>	<b>54.971</b>	<b>47.297</b>
Circulante	54.971	39.329
Não circulante	-	7.968
<b>Total</b>	<b>54.971</b>	<b>47.297</b>

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre). Desta maneira, a Companhia aumentou seu estoque de combustível para atender a demanda de geração de energia.

Em contrapartida, a Companhia necessitou programar suas manutenções preventivas, aumentando o estoque de sobressalentes para este fim.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas.

## 10 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos incidentes	2021		2020	
		Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente (a)</u>					
Companhia Energética Potiguar	sem encargos	945	-	10.550	-
<b>Total</b>		<b>945</b>	<b>-</b>	<b>10.550</b>	<b>-</b>
<u>Fornecedor (b)</u>					
Global Engenharia LTDA	sem encargos	4.630	(50.288)	3.078	(31.749)
<b>Total</b>		<b>4.630</b>	<b>(50.288)</b>	<b>3.078</b>	<b>(31.749)</b>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (c)</u>					
Global Participações em Energia S.A.		26.511	-	37.580	-
Fernando W. Magalhaes Filho		2.979	-	4.223	-
Djalma Nunes Fernandes		-	-	657	-
Maria das Graças B. N. Fernandes		298	-	-	-
		<b>29.788</b>	<b>-</b>	<b>42.460</b>	<b>-</b>

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações em Energia S.A.

- (a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, podendo ser decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.

- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.
- (c) Dividendos a pagar aos acionistas.

A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

### **Remuneração de empregados e dirigentes**

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos R\$3.148, sendo R\$ 2.698 de remuneração fixa e R\$ 450 de remuneração variável (R\$2.789 em 2020, sendo R\$ 1.766 de remuneração fixa e R\$ 1.023 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

## 11 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual		4%	10%	10%	20%	(a)	-	20%	5%	
<u>Custo de aquisição</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.098	214.374	1.316	496.265	1.008	-	2.683	43	2.029	721.816
Adições	-	-	10	116	166	-	598	101	-	991
Baixa	-	-	-	(217)	-	-	-	(53)	-	(270)
Transferências	-	(462)	(120)	3.910	(267)	-	(2.921)	1	(141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.098	213.912	1.206	500.074	907	-	360	92	1.888	722.537
Adições	-	-	3	11	3	-	691	-	-	708
Baixa	-	-	-	-	-	-	(19)	-	-	(19)
Transferências	-	-	28	676	216	18.639	(920)	-	-	18.639
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.098	213.912	1.237	500.761	1.126	18.639	112	92	1.888	741.865
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(43.011)	(664)	(173.509)	(572)	-	-	(43)	(439)	(218.238)
Adições	-	(4.879)	(124)	(22.981)	(74)	-	-	(5)	(102)	(28.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(47.890)	(788)	(196.490)	(646)	-	-	(48)	(541)	(246.403)
Adições	-	(8.677)	(117)	(49.437)	(156)	-	-	(12)	(193)	(58.592)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(56.567)	(905)	(245.927)	(802)	-	-	(60)	(734)	(304.995)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	4.098	157.345	332	254.834	324	18.639	112	32	1.154	436.870
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2020	4.098	166.022	418	303.584	261	-	360	44	1.347	476.134

(a) Estoque sem movimentação a mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item VIII.

### Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

## 12 Diferido

	2021	2020
Despesas pré-operacionais	3.374	3.374
Amortização acumulada	(2.684)	(2.454)
Total	690	920

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,82% ao ano, período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

## 13 Intangível

		2021		2020	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.191	(2.018)	173	297
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.394)	377	504
Total		3.962	(3.412)	550	801

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.222
Adições	15
Baixa	(166)
Amortização	(270)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	801
Adições	15
Amortização	(266)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	550

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2024.

## 14 Outras contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento a funcionários	10	16
Despesas antecipadas	2.561	1.529
Total	<u>2.571</u>	<u>1.545</u>

## 15 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ABB Automação Ltda	234	-
Amazonia Transportes	501	205
Arapongas Mecanica Naval e Ind	229	-
Chevron Brasil Lubrificante Ltda.	-	265
Diesel Expert Quebec	213	-
Erhard Luttkau Gmbh	420	-
Global Engenharia Ltda	4.630	3.078
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	3.699	115
Instituto de Tecnologia P O Desenvolvimento	342	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	1.764	-
Petrobras Distribuidora S.A.	-	10.941
Simple Energy Comercializadora S.A.	1.148	-
Starr Internacional Brasil Seg	2.295	1.425
Total Lubrificantes do Brasil Ltda	1.850	-
Wartsila (Brasil e Filandia)	560	-
Outros fornecedores	3.004	5.352
Total	<u>20.889</u>	<u>21.381</u>

## 16 Empréstimos, financiamentos e debentures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	2021	2020
Banco Santander S.A. (a) - Fornecedor	fev/22	1,38% a.m.	-	83.486	83.486	-
Subtotal			-	83.486	83.486	-
Banco ABC (b)	jun/22	CDI+0,26% a.m.	163	17.815	17.978	-
Subtotal			163	17.815	17.978	-
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)	abr/22	CDI+1,10% a.a.	197	41.969	42.166	143.787
(-) Custos de Transação			-	(165)	(165)	(723)
Subtotal			197	41.804	42.001	143.064
Banco Itaú S.A. (d)	fev/21	CDI+1,25% a.a.	-	-	-	16.931
(-) Custos de Transação			-	-	-	(85)
Subtotal			-	-	-	16.846
<b>Total</b>			<b>360</b>	<b>143.105</b>	<b>143.465</b>	<b>159.910</b>
Circulante			360	143.105	143.465	118.106
Não circulante			-	-	-	41.804
<b>Total</b>			<b>360</b>	<b>143.105</b>	<b>143.465</b>	<b>159.910</b>

- (a) Em 09 de novembro de 2021, houve aquisição de combustível a preço à vista com a Petrobras Distribuidora S.A., financiado pelo Banco Santander, via *confirming*, com taxa de 1,38% a.m., com parcelas vencendo em janeiro e fevereiro de 2022.
- (b) Contrato de conta garantida assinado em 04 de agosto de 2021 com o Banco ABC S.A., dando a possibilidade de captar recurso máximo de R\$ 30 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,2600% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, até a data do vencimento em 13 de junho de 2022. Em 14 de setembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 4.300, em 15 de setembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 2.300, em 17 de setembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 280, em 16 de novembro de 2021, foi captado o montante de R\$ 4.000, em 19 de novembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 2.430, em 15 de dezembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 265, em 16 de dezembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 520, em 17 de dezembro de 2021 foi captado o montante de R\$ 3.720.
- (c) Em 12 de março de 2020, foi assinado o contrato de emissão referente a 16.280 debêntures, na 5.<sup>a</sup> emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$162.800.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2022, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,10% ao ano.
- (d) Em 12 de agosto de 2019, foi assinado o contrato de emissão referente a 11.000 debêntures, na 4.<sup>a</sup> emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10 cada, totalizando R\$110.000, com vencimento em 24 de fevereiro de 2021 e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,25% ao ano. Em 17 de fevereiro de 2020 ocorreu o 1.<sup>o</sup> aditivo ao contrato de debêntures alterando o encargo financeiro para CDI mais 1,15% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	124.434	181.841	306.275
Captação de empréstimos	162.800	-	162.800
Juros e variações monetárias provisionadas	10.473	-	10.473
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(35.218)	-	(35.218)
Aquisição dos custos de captação	(1.153)	-	(1.153)
Amortização dos custos de captação	8.326	-	8.326
Transferências	140.037	(140.037)	-
Pagamentos de principal	(291.593)	-	(291.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>118.106</u>	<u>41.804</u>	<u>159.910</u>
Captação de empréstimos	101.301	-	101.301
Juros e variações monetárias provisionadas	5.186	-	5.186
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(5.020)	-	(5.020)
Amortização dos custos de captação	642	-	642
Transferências	41.804	(41.804)	-
Pagamentos de principal	(118.554)	-	(118.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>143.465</u>	<u>-</u>	<u>143.465</u>

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2022	-	41.804
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026 em diante	-	-
Total	<u>-</u>	<u>41.804</u>

### **Garantias e cláusulas contratuais restritivas - *Covenants***

Aval corporativo da Commandery.

Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)

Aval corporativo da GPE.

Cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis)

Itaú BBA S.A. (d)

Aval corporativo da Commandery.

Aval corporativo da GPE.

Em 2020, o *covenants* financeiro do contrato Itaú BBA S.A., previa a manutenção do caixa e equivalentes de caixa em valor de R\$10.000 ao final do exercício social, do qual foi liberado em 2021.



## 17 Obrigações tributárias

	2021	2020
INSS serviços de terceiros	557	341
PIS - Programa de integração social	92	282
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	423	1.301
PIS/COFINS/CSLL retidos	344	243
ICMS e DIFAL	109	7
Outros tributos a recolher	14	15
Total	1.539	2.189

## 18 Provisão para riscos

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há probabilidade de perda avaliada como possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.621.

### Depósito judicial

Trata-se de ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada pela Companhia Energética Candeias - CEC, contra Bandeirante Química Ltda., com pedido de antecipação liminar imediata de posse do imóvel objeto desta ação. Inclui também, outra ação de desapropriação para constituição de servidão administrativa ajuizada pela Companhia Energética Candeias - CEC, contra Raimundo Ramos de Andrade, com pedido de antecipação liminar a emissão imediata de posse do imóvel objeto desta ação. Permanece em depósito judicial o montante de R\$2. Possibilidade de perda remota.

## 19 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$135.771 (R\$135.771 em 2020) e estava representado por 51.426.993 ações ordinárias (Em 2020, 51.426.993 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

	2021 e 2020	
Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	45.770.024	89
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	10
Maria das Graças B. N. Fernandes	514.270	1
Total	51.426.993	100

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### **Capital social**

Em 28 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$4.150.

Em 12 de maio de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) houve a sucessão das ações (514.270 ações ordinárias, R\$ 1.357.714) de Djalma Nunes Fernandes para Maria das Graças B. N. Fernandes.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

### **Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma reserva legal de R\$4.763 (R\$5.114, em 2020), totalizando R\$26.823 (R\$22.060, em 2020).

### **Reserva de incentivo fiscal**

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, este incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$136.318 (R\$117.444, em 2020) e o reconhecimento do incentivo fiscal compensado no ano no montante de R\$18.874 (R\$20.848, em 2020).

### **Excesso de reservas de lucros retidos**

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia cumpriu com este requisito não deixando nenhum excedente na reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$ 8.753 que a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

### **Lucro por ações**

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	95.265	102.286
Média ponderada de ação por lote de mil	51.427	51.427
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1,852</u>	<u>1,989</u>

## Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	95.265	102.286
Reserva de incentivos fiscais	(18.874)	(20.848)
Reserva legal	(4.763)	(5.114)
	71.628	76.324
Base para dividendos		
	17.907	19.081
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		

Em 28 de abril de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Ordinária autorizou a distribuição de R\$1.193 (R\$0,02 por lote de mil ações) em dividendos mínimos obrigatórios complementares reconhecidos em 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia, por meio de Reunião de Conselho da Administração autorizou a distribuição de R\$8.300 (R\$0,16 por lote de mil ações) em dividendos intermediários do exercício de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 05 de abril de 2021, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Ordinária autorizou a distribuição de R\$19.081 (R\$0,37 por lote de mil ações) em dividendos mínimos obrigatórios complementares reconhecidos em 2020, os quais foram parcialmente pagos.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2021 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2019	46.645
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	19.081
Dividendos pagos de exercícios anteriores	(23.266)
Saldo dividendos a pagar 2020	42.460
Dividendos propostos referente a 2019	8.300
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	17.907
Dividendos pagos de 2018	(22.187)
Dividendos pagos de 2019	(9.492)
Dividendos pagos de 2020	(7.200)
Saldo dividendos adicionais a pagar de 2020 e de 2021	29.788

## 20 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de venda de energia	915.101	132.449
Receita de venda de energia por disponibilidade	258.010	245.535
Deduções de venda		
PIS	(19.365)	(6.246)
COFINS	(89.194)	(28.768)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(10.535)	(3.392)
Total	1.054.017	339.578

## 21 Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Custos e despesas com pessoal e administradores	(10.327)	(9.589)
Depreciação e amortização (a)	(59.089)	(28.664)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(19.934)	(20.028)
Custos com manutenção e operação (b)	(827.318)	(133.035)
Custos e despesas com seguros	(1.735)	(628)
Despesas com viagens e comunicações	(228)	(184)
Serviços de terceiros	(5.955)	(2.488)
Assessoria e consultoria	(8.203)	(6.442)
Tributos	316	(1.125)
Outras despesas (receitas)	(738)	(1.547)
Total	(933.211)	(203.730)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(907.864)	(181.940)
Despesas gerais e administrativas	(25.976)	(21.954)
Outras receitas operacionais, líquidas	629	164
Total	(933.211)	(203.730)

- (a) Neste mesmo ano, a Companhia concluiu muitos projetos que estavam classificados como imobilização em curso, além da mudança no critério de depreciação, aumentando consideravelmente a depreciação anual se comparado com 2020.
- (b) Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) representando um aumento significativo de geração de energia anual e consequentemente aumento nos horímetros dos motores moto geradores, fez-se necessário realizar as manutenções corretivas e preventivas, elevando assim, os custos das manutenções e operações da Companhia, se comparado com 2020.

## 22 Resultado financeiro

	2021	2020
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	397	531
PIS e COFINS sobre receita financeira	(23)	(168)
Variações cambiais positivas	424	420
Outras receitas financeiras, líquidas	103	3.074
Subtotal	901	3.857
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(5.186)	(10.473)
Amortização de custo de captação	(642)	(8.326)
Variações cambiais positivas	(370)	(231)
Outras despesas financeiras, líquidas	(744)	(225)
Subtotal	(6.942)	(19.255)
Total	(6.041)	(15.398)

## 23 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, está demonstrada a seguir:

	Taxa efetiva	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.765	120.450
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)		(39.020)	(40.953)
Diferenças temporárias e permanentes:			
Adições (P&D, PLR e variação cambial)		(1.926)	(3.796)
Exclusões (Lei do Bem, Diferido, P&D e PLR)		3.003	2.165
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		11.160	12.775
Demais adições e exclusões		23	25
Subtotal		(26.760)	(29.784)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)		18.874	20.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(11.614)	(9.228)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	16,99%	(19.500)	(18.164)

(\*) A Companhia possui projeto aprovado pela SUDENE, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

## 24 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<b>Abrangência</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Vencimento</b>
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e “power house” 1 e 2	492.000	2.754	10/05/2023
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	5	27/07/2022

## 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	42.705	-	42.705
Contas a receber	95.825	-	95.825
Outras contas a receber	2.571	-	2.571
<u>Total</u>	<u>141.101</u>	<u>-</u>	<u>141.101</u>

<u>Valor contábil 2021</u>			
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor Justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	20.889	-	20.889
Empréstimos e financiamentos	-	143.465	143.465
Débitos com parte relacionada	945	-	945
<u>Total</u>	<u>21.834</u>	<u>143.465</u>	<u>165.299</u>

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

<u>Ativos financeiros não derivativos</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>		
		<u>12 meses</u>	<u>24 meses</u>	<u>36 meses</u>
Caixa e equivalentes de caixa	42.705	42.705	-	-
Contas a receber de clientes	95.825	95.825	-	-
<u>Total</u>	<u>138.530</u>	<u>138.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possuía contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas foram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações. Tais operações serão integralmente quitadas durante o exercício de 2022 e estão alocadas no curto prazo em 2021.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	
		<u>12 meses</u>	<u>36 meses</u>
Fornecedores	20.889	20.889	-
Empréstimos e financiamentos	143.465	143.465	-
Débito com partes relacionada	945	945	-
Total	<u>165.299</u>	<u>165.299</u>	<u>-</u>

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.





*Quanto à escassez de combustível*

A Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2024. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

*Instrumentos financeiros derivativos*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

## **26 Compromissos assumidos**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$54.734, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$21.909, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$28.695, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$2.222, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.908, com vigência indeterminada.
- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2024.

## **27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa**

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

### **Exercício de 2021**

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$100.752.
- Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 17.907.

### **Exercício de 2020**

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$29.548.
- Aumento de capital no valor de R\$4.150 através de recursos de adiantamento para futuro aumento de capital.
- Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 19.081.